

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**MENSAGEM Nº 042, de 20 DE AGOSTO DE 2018**

**Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Ubá,  
Senhora Vereadora,  
Senhores Vereadores:**

Consignando a V.Exas. a expressão de meus respeitosos cumprimentos, encaminho para tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá o projeto de lei anexo, que *“autoriza o Executivo a conceder subvenção social à Associação Maranhá do Rio de Janeiro, e contém outras disposições”*.

A Associação Maranhá do Rio de Janeiro, também conhecida como “Comunidade Católica Maranhá”, se encontra estabelecida na Rua Alferes Joaquim da Rocha, 229, Bairro Patrimônio, na vizinha cidade de Tocantins-MG e, consoante documentação anexa, se dedica à promoção de serviços de natureza assistencial, nas áreas de prevenção, pesquisa, tratamento e reocupação de dependentes químicos.

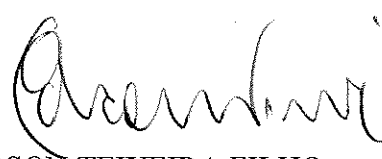
Embora sediada em município distinto (a vizinha Tocantins), a referida entidade vem prestando relevantes serviços à comunidade ubaense, atendendo — mais, acolhendo — muitos dependentes químicos de Ubá, oferecendo-lhes ajuda e tratamento para superarem o triste vício do uso de drogas.

A subvenção a ser repassada mediante Termo de Colaboração, nos termos da Lei Federal 13.019/14, constitui uma retribuição do poder público ubaense à ajuda inestimável que vem oferecendo a diversas famílias daqui, como pode ser testemunhado por muitas pessoas, inclusive vereadores dessa Casa Legislativa.

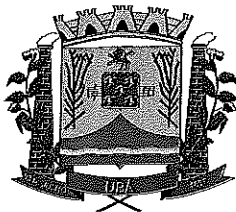
O pedido de concessão de subvenção, aliás, decorre de solicitação da Vereadora Jane Cristina Lacerda Pinto e terá como fonte de recursos a anulação de dotação indicada por ela ao orçamento municipal (outrora destinado à Academia de Capoeira Garra Mineira), dentro do percentual de emendas reservado a cada parlamentar.

Peço que essa ilustre Presidência conceda à matéria a tramitação de urgência, de que trata o art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Atenciosamente,

  
**EDSON TEIXEIRA FILHO**  
Prefeito de Ubá

**PROTOCOLO**  
Nº 267 HORA 15:07  
EM: 20 / 08 / 18  
EDNA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

PROJETO DE LEI Nº 061/18  
(Ref.: Mensagem 042, de 20/08/2018)

*Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social à Associação Maranhá do Rio de Janeiro, e contém outras disposições.*

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social, neste exercício, no limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à Associação Maranhá do Rio de Janeiro, CNPJ nº 05.284.121/0009-83, estabelecida na Rua Alferes Joaquim da Rocha, 229, Patrimônio, Tocantins-MG.

Art. 2º. Para atender ao disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao orçamento municipal de 2018, no valor da subvenção a ser concedida, utilizando-se, como fonte de recursos, a anulação total da seguinte dotação orçamentária:

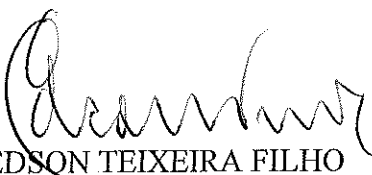
01 10 03 27 812 0011 0.188 335043 F-2411 – R\$ 5.000,00

Art. 3º. O crédito adicional especial autorizado será aberto por Decreto do Executivo Municipal, no qual serão especificadas as demais informações exigidas por Lei, incluído o código reduzido da despesa (Ficha).

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias para compatibilização da presente Lei ao PPA e à LDO, nos termos do art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/00.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ubá, 20 de agosto de 2018.

  
EDSON TEIXEIRA FILHO

Prefeito de Ubá

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DO  
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO MARANATHÁ DO RIO DE  
JANEIRO - CNPJ Nº 05.284.121/0001-26**

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e oito, na sede social da Associação nesta cidade, à Rua Adolfo Bergamini, n.º 199 e 199 fundos, Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20730-000, reuniram-se os membros da Assembléia Geral da Associação Maranathá do Rio de Janeiro para deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social, tendo em vista a exigência do CNAS para alteração do Parágrafo Único do Artigo 6º e da necessidade de correções nos Artigos 3º, 11º, 12º e 30º, que foram digitados com erros no último Estatuto Registrado. Após os estudos e debates necessários e verificadas as conveniências destas alterações, foi aprovada por unanimidade o texto abaixo.

**CAPÍTULO I**

***Da Denominação, Duração, Sede e Objetivo.***

Art. 1º – Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO MARANATHÁ DO RIO DE JANEIRO, podendo usar o nome fantasia: COMUNIDADE CATÓLICA MARANATHÁ, sem fins lucrativos, de caráter religioso, reger-se-á pelo presente contrato e legislação aplicável.

Art. 2º – A entidade terá o prazo de duração por tempo ilimitado.

Art. 3º – A Associação terá sua sede e foro na capital do Estado do Rio de Janeiro, Rua Adolfo Bergamini, 199 e 199 fundos, Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, RJ CEP 20730-000

Art. 4º – Para a consecução dos seus objetivos, a Associação MARANATHA DO RIO DE JANEIRO se propõe a:

- a) Promover a evangelização e anunciar Jesus Cristo vivo e ressuscitado a todas as pessoas, com novos meios e novos métodos, segundo o Magistério da Igreja Católica Apostólica Romana;
- b) Admitir e administrar casas de retiro, centros de evangelização e similares;
- c) Dedicar-se a obras e eventos de promoção humana, social, cultural e educativa, com fim de desenvolver o homem de uma maneira integral, levando-o ao conhecimento da pessoa de Jesus Cristo, através da formação cristã e humana, segundo os ensinamentos do Magistério da Igreja Católica Apostólica Romana;
- d) Promover serviços de natureza assistencial, nas áreas de prevenção, pesquisa, tratamento e recuperação de dependentes químicos;
- e) Instalar uma distribuidora e livraria para a divulgação de livros, revistas, vídeos, fitas, cartazes, folhetos e produtos religiosos;
- f) Instalar, oportunamente, oficinas próprias para confecção de camisas e artigos de artesanato cristão;
- g) Desenvolver trabalhos de evangelização através dos meios de comunicação social;

n) Firmar convênios com órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual e Municipal ou com entidades particulares nacionais ou internacionais, para a construção e manutenção de obras nos setores de saúde, educação, comunicação, saneamento, habitação, esportes e eventos culturais, que sejam de caráter coletivo e de interesse comunitário.

i) A Associação realiza atendimento social sem discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como a portadores de deficiência.

## CAPÍTULO II

*Dos Sócios, suas Categorias, seus Direitos e Deveres.*

Art. 5º – Os sócios serão enquadrados nas seguintes categorias:

- a) Efetivos – Compreendem os fundadores e os que, segundo proposta da diretoria, sejam aceitos em Assembléia Geral;
- b) Contribuintes – Os que se distinguem por relevantes serviços prestados à Associação, de ordem técnica, social e financeira;

Art. 6º – São direitos dos Sócios-Efetivos:

- a) Comparecer às Assembléias Gerais e Extraordinárias;
- b) Votar e ser votado para os cargos eletivos da Associação;
- c) Convocar Assembléias Gerais e Extraordinárias;

**Parágrafo Único** – A Associação não remunera os membros da diretoria e do conselho fiscal em exercício do seu cargo, nem efetua distribuição de saldos, a qualquer título apurados. Eventuais “superávits” verificados no exercício financeiro serão integralmente revertidos nos encaminhamentos das finalidades da Associação, bem como, aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Art. 7º – São deveres dos sócios:

- a) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos e zelar pela execução dos planos e programas;
- b) Prestar à Associação toda a colaboração necessária ao cumprimento de suas finalidades;

**Parágrafo Único:** Os sócios e membros da Diretoria não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais da Associação.

## CAPÍTULO III

*Da Administração*

Art. 8º – A Associação exercerá as suas atividades através dos seguintes órgãos:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria e
- III – Conselho Fiscal.

## Seção I

### Da Assembléia Geral:

Art. 9º – A Assembléia Geral é o órgão soberano da vontade social, é a reunião dos sócios efetivos, em pleno gozo de seus direitos com poderes para decidir sobre qualquer assunto relativo à Associação, cabendo-lhes deliberarem livremente sobre tudo o que diga respeito aos interesses da mesma, conforme o que for disposto nos Estatutos.

Art. 10º – Serão ordinárias as Assembléias Gerais realizadas quadrienalmente, no decurso da segunda quinzena de março, com o fim específico de eleger, para mandato de quatro anos, os membros efetivos e do Conselho Fiscal, conforme definido no regulamento das eleições.

Art. 11º – A Assembléia, Ordinária ou Extraordinária, será convocada com, pelo menos, 7 (sete) dias de antecedência, através de correspondência dirigida aos sócios, por iniciativa do Presidente, por solicitação da Diretoria ou mediante requerimento subscrito por 1/5 (um quinto) dos sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 1º – A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Associação e, na sua falta ou por seu impedimento, pelo Vice-Presidente.

§ 2º – Participarão das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, os Sócios-Efetivos, tendo cada sócio o direito a 1 (um) voto.

§ 3º – As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos sócios presentes, não se computando os nulos e em branco.

§ 4º – Ocorrendo o empate na votação, prevalecerá a proposta que contar com o voto do Presidente da Assembléia.

## Seção II

### Da Diretoria:

Art. 12º – A diretoria será composta de 10 (dez) membros:

- 1 (um) Presidente
- 1 (um) Vice Presidente
- 1 (um) Diretor Executivo
- 1 (um) Diretor de Marketing
- 1 (um) Diretor de Eventos
- 1 (um) Diretor de Patrimônio e Projetos
- 1 (um) Diretor Jurídico
- 1 (um) Diretor Médico
- 1 (um) Tesoureiro
- 1 (um) Secretário

**Parágrafo Único** – O mandato dos membros da diretoria será de (quatro) anos permitida a reeleição.

Art. 13º – Ao Presidente compete

- a) Representar a Associação passiva e ativamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) Presidir as reuniões da Diretoria;
- c) Contratar e demitir funcionários;
- d) Administrar o patrimônio social;
- e) Assinar em conjunto com o tesoureiro, e, na falta deste, com o Vice-Presidente, em última instância, com o Secretário, os documentos que envolvam compromissos financeiros, dar quitação, autorizar débitos, transferências, pagamentos, solicitar informações de saldos, pedir extratos, requisitar talões de cheques, emitir e receber ordens de pagamentos;
- f) Estabelecer as contribuições dos sócios;
- g) Apresentar na 1ª (primeira) quarta-feira do mês de Janeiro, o balanço anual relativo ao exercício anterior, que, após apreciação do Conselho Fiscal, será encaminhado a Assembléias Geral;
- h) Aprovar outras proposições que digam respeito aos interesses da Associação, direitos e deveres dos sócios.

Art. 14º - Ao Vice-presidente compete:

- a) Representar o Presidente no seu impedimento.
- b) Deverá corrigir a casa-sede da Comunidade ou Associação e zelar por sua conservação.
- c) Providenciar a captação de donativos (alimentos, roupas, eletrodomésticos, etc.)

Art. 15º - Ao Diretor Executivo compete:

- a) Agendar atividades;
- b) Cumprimento da agenda;
- c) Manutenção e compras;
- d) Assistir e orientar a movimentação diária da casa.

Art. 16º - Ao Diretor de Marketing compete:

- a) Divulgar propagandas nos meios de comunicações;
- b) Captar patrocinadores;

Art. 17º - Ao Diretor de Eventos compete:

- a) Criar campanhas;
- b) Promover eventos.

Art. 18º - Ao Diretor de Patrimônio & Projetos compete:

- a) Cadastrar e fiscalizar todos os bens móveis e imóveis de propriedade da Associação;
- b) Criar e desenvolver projetos da Associação.

Art. 19º - Ao Diretor Jurídico compete:

- a) Responder por todo o contencioso que a Associação possa estar envolvida;
  - b) Analisar contratos;
  - c) Assessorar juridicamente na criação de documentos;
  - d) Representar a Associação juridicamente nas esferas fiscais;
  - e) Atender a Associação com o fim de esclarecer discussões jurídicas;
- Praticar todos os atos necessários que tenham princípios jurídicos que envolvam a Associação.

Art. 20º - Ao Diretor Médico compete:

- a) Proporcionar condições para estabelecer boa saúde dos residentes, de maneira profilática e terapêutica;
- b) Detectar a presença de situações ambientais e/ou comportamentais que possam levar a processos mórbidos psíquicos e/ou físicos, buscando solucioná-los convenientemente;
- c) Ministras, aconselhamentos e esclarecimentos na área de saúde, visando uma boa educação, através de palestras, audio-visuais, etc., a fim de despertar uma boa conduta moral e participativa, responsável;
- d) Interagir com os diversos profissionais, a fim de proporcionar uma boa qualidade de vida para o(s) residente(s);

Art. 21º - Ao Tesoureiro compete:

- a) Assinar documentos para movimentação de fundos ou representativos de valores, em conjunto com o Presidente;
- b) Apresentar uma Balancete Geral da casa-sede da Comunidade ou Associação, mensalmente ao Presidente.

Art. 22º - Ao Secretário compete:

- a) Assistir a Diretoria nas necessidades burocráticas;
- b) Lavrar as Atas das reuniões;
- c) Registrar as atividades e eventos da casa e a frequência das pessoas às diversas atividades e Ministérios.

Art. 23º - Todos os documentos que obriguem, financeiramente, a Associação deverão conter as assinaturas do Presidente e do Tesoureiro.

### Seção III

#### Do Conselho Fiscal:

Art. 24º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, cabendo-lhe, principalmente:

- I - Verificar a exatidão dos registros contábeis da Associação;
- II - Eleger novo Presidente do Conselho Fiscal, no prazo de 10 (dez) dias úteis da vacância do cargo;
- III - Avaliar e dar pareceres sobre balancetes mensais, relatórios financeiros, balanços e respectivos demonstrativos, encaminhando-os à Assembléia Geral, sugerindo, se for o caso, medidas em benefício da melhor organização e desenvolvimento das finanças da Associação.

Art. 25º - O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três) membros, eleitos em Assembléia Geral, conforme disposto no art. 11, § 4º.

### Capítulo IV

#### *Das Disposições Gerais e Transitórias.*

Art. 26º - O ano social coincidirá com o ano civil.

Art. 27º - Os membros da Diretoria serão eleitos, quadrienalmente, pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos para o mesmo cargo.

Art. 28º - A Associação poderá ser dissolvida a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, tomada a decisão por maioria de 2/3 (dois terços) de votos favoráveis, dos sócios presentes.

§ 1º - A proposta da dissolução deverá partir dos sócios efetivos, no pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º - Em caso de dissolução, o seu patrimônio será destinado, por proposta da Assembleia, à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, desde que devidamente registrada no CMAS, CEAS, CNAS ou a entidade pública.

Art. 29º - Os membros da Diretoria terão seus mandatos encerrados após 4 (quatro) anos de registro do presente Contrato.

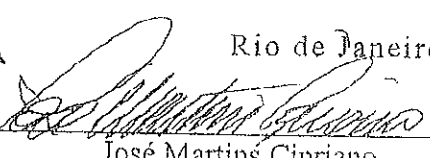
Art. 30º - Os membros da Diretoria da Associação e os seus membros não respondem subsidiariamente, solidariamente ou ilimitadamente, pelas obrigações sociais assumidas por ela ou em nome dela.

Art. 31º - A vigência deste Contrato, seu registro, ou qualquer modificação ou reforma, dependerá da prévia aprovação da Assembleia Geral.

Art. 32º - Aplicam-se aos casos omissos, as disposições previstas para os casos análogos e não os havendo, o disposto no Código Civil.

Nada mais havendo a tratar demos por encerrada esta Assembleia.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2008.

  
José Martins Cipriano

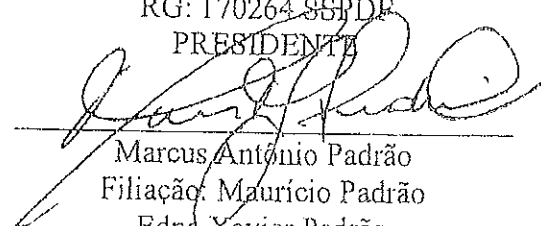
Filiação: José Cipriano Filho

Júlia Sossae Cipriano

CPF: 023378511-68

RG: 170264 SSPDE

PRESIDENTE

  
Marcus Antônio Padrão

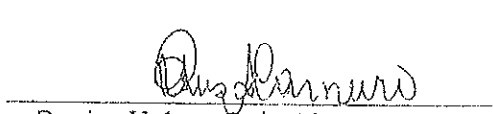
Filiação: Maurício Padrão

Edna-Xavier Padrão

CPF: 498989147-34

RG: 02093672-0

DIRETOR EXECUTIVO

  
Denise Helena Reis Alves Carneiro

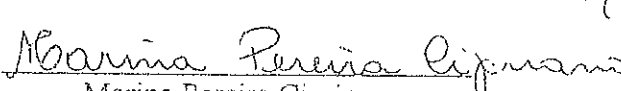
Filiação: Mercedes Fonseca dos Reis

José Helvécio dos Reis

RG n.º 11341701-8

CPF n.º 502.712.886-04

DIRETOR DE EVENTOS

  
Marina Pereira Cipriano

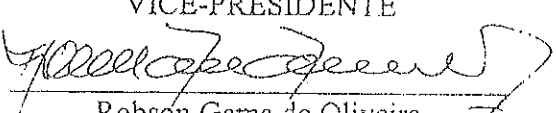
Filiação: Pedro Pereira

Alzira Louzada Pereira

CPF: 087406207-19

RG: 06284399-0

VICE-PRESIDENTE

  
Robson Gama de Oliveira

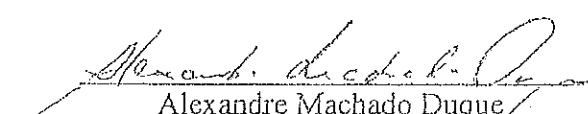
Filiação: Incélio Werling de Oliveira

Neuza Gama de Oliveira

CPF: 933203027-87

RG: 06705800-8

DIRETOR DE MARKETING

  
Alexandre Machado Duque

Filiação: Antônio Duque

Magali Duque

CPF: 877713227-00

RG: 09974895-6

Diretor de Patrimônio e Projetos





Receita Federal

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
05.284.121/0009-83  
FILIAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE  
SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
10/10/2014

NOME EMPRESARIAL  
ASSOCIACAO MARANATHA DO RIO DE JANEIRO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
COMUNIDADE CATOLICA MARANATHA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO  
R ALFERES JOAQUIM DA ROCHA

NÚMERO  
229

COMPLEMENTO  
CASA;

CEP  
36.512-000

BAIRRO/DISTRITO  
PATRIMONIO

MUNICÍPIO  
TOCANTINS

UF  
MG

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
10/10/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 27/11/2014 às 16:12:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**LEI Nº562, DE 1º DE JUNHO DE 2016.**

**Declara de Utilidade Pública a Associação Maranathá do Rio de Janeiro – a Filial Tocantins-MG.**

Autor: Vereador José Pinto Maciel

O povo do Município de Tocantins, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para todos os efeitos no âmbito do Município de Tocantins, a Filial Tocantins-MG da Associação Maranathá do Rio de Janeiro entidade sem fins lucrativos de duração por tempo ilimitado, fundada em 19 de março de 2013, inscrita no CNPJ 05.284.121/0009-83, com sede e foro à Rua Adolfo Bergamini, 199 e 199 fundos, Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, RJ.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tocantins, 1º de junho de 2016.

Antonio Carlos Dias  
Prefeito Municipal de Tocantins

Publicado no Quadro de  
Atos Oficiais em  
01/06/16  
10096  
Coordenadora de Câmara